

**A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA NO CAMPO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL NO RIO GRANDE DO SUL (2000-2015)**

**HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION IN THE CULTURAL HERITAGE
FIELD IN RIO GRANDE DO SUL (2000-2015)**

**PRODUCCIÓN HISTORIOGRÁFICA EN EL CAMPO DEL
PATRIMONIO CULTURAL EN RIO GRANDE DO SUL (2000-2015)**

Djiovan Vinícius Carvalhoⁱ

Resumo: A temática do Patrimônio Cultural assumiu, nos últimos anos, uma progressiva importância. Discutida em diversos âmbitos e sob uma diversidade de olhares, a temática tornou-se vetor de múltiplas abordagens e problematizações por profissionais de diversas áreas. Esse fenômeno possibilitou que o conceito de Patrimônio fosse (re)apresentado, discutido e articulado em múltiplas dimensões. A área da História, fortalecida pela consolidação dos programas de pós-graduação, também tem se dedicado à temática. Em vista da demanda de identificação do que vem sendo produzido, em nível de teses e dissertações, este texto tem por objetivo identificar quais são as principais temáticas relacionadas ao Patrimônio, produzidas entre 2000 e 2015, dando ênfase aos trabalhos oriundos dos programas de pós-graduação sul-rio-grandenses.

Palavras Chave: Historiografia. Patrimônio. Pós-graduação.

Abstract: The theme of Cultural Heritage has assumed, in recent years, a progressive importance. Discussed in different areas and under a diversity of perspectives, the theme became a vector of multiple approaches and problematizations by professionals from different areas. This phenomenon allowed the concept of Heritage to be (re)presented, discussed and articulated in multiple dimensions. The area of history, strengthened by the consolidation of postgraduate programs, has also been devoted to the theme. In view of the demand for identification of what has been produced, at the level of theses and dissertations, this text aims to identify which are the main themes related to Heritage, produced between 2000 and 2015, emphasizing the work from post-graduate programs of Rio Grande do Sul.

Keywords: Historiography. Heritage. Postgraduate studies.

Resumen: El tema del Patrimonio Cultural ha asumido, en los últimos años, progresiva importancia. Discutido en diferentes áreas y bajo una diversidad de miradas, el tema se ha convertido en un vector de múltiples enfoques y problematizaciones por profesionales de diferentes áreas. Este fenómeno permitió (re)presentar, debatir y articular el concepto de Patrimonio en múltiples dimensiones. El área de la historia, fortalecida por la consolidación de los programas de posgrado, también se ha dedicado al tema. En vista de la demanda de identificación de lo que se ha producido, a nivel de tesis y disertaciones, este texto tiene como objetivo identificar cuáles son los principales temas relacionados al Patrimonio, producidos entre 2000 y 2015, enfatizando trabajos de los programas de posgrado de Rio Grande do Sul.

Palabras Clave: Historiografía. Patrimonio. Posgrado.

Introdução

A temática do Patrimônio Culturalⁱⁱ assumiu, a partir da segunda metade do século XX, uma progressiva importância. Discutida em diversos âmbitos e sob uma diversidade de olhares, a temática tornou-se vetor de múltiplas abordagens e problematizações por profissionais da área de arquitetura, sociologia, antropologia, arqueologia, história, direito, entre outras. Esse fenômeno possibilitou que o conceito de Patrimônio fosse apresentado, discutido e articulado em diversas dimensões em eventos, publicações e projetos nas últimas décadas. José Reginaldo Gonçalves faz um alerta sobre o desafio que seria para qualquer historiador resenhar tal produção. O autor, a partir de uma situação hipotética, lança questão na qual um pesquisador do ano de 2115 se perguntaria: “por que as pessoas, na virada do século XXI, se mostravam tão sensibilizadas pelas palavras patrimônio e memória e tão obcecadas pelas ações de proteção e preservação dos bens culturais [...]?”ⁱⁱⁱ

A História, enquanto literatura acerca do passado, registra e apresenta nuances do pretérito a partir das visões daquele que a escreve, o historiador. Logo, ambos, História e Patrimônio são construções humanas, representações do passado que são selecionadas ou escritas por sujeitos inseridos em um tempo e espaço. Em vista da demanda de identificação do que vem sendo produzido pela pós-graduação, no que diz respeito ao Patrimônio, este texto tem por objetivo identificar quais são os temas, problemas e objetos que estão sendo abordados, com o levantamento de teses e dissertações, sobre o patrimônio cultural, além de identificar o local de produção desses materiais.

Para tal, o trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira o conceito de Patrimônio é revisitado, discorrendo sobre as reinterpretações ocorridas no Brasil, a constituição de um campo de estudos sobre a temática e a adoção do conceito pela História. Por seu turno, a segunda parte destina-se à identificação de instituições e categorias privilegiadas na discussão sobre Patrimônio, a partir do levantamento e sistematização de teses e dissertações, levantando hipóteses sobre a incidência da temática em determinados programas, ou em determinados períodos. Por fim, encerramos o trabalho com algumas considerações sobre as motivações temáticas e o contexto da produção.

Patrimônio: conceito, apropriação e sentido(s)

O conceito de Patrimônio sofreu diversas ressignificações que alteraram seu sentido com o passar do tempo. O conceito, polissêmico e polêmico, nos remete ao termo cunhado pelos romanos para designar herança paterna – *patrimonium* –, na época o termo fazia referência a tudo que pertencia ao pai, ou especificamente, ao pai de família, o *pater familias*. O *patrimonium* compreendia tudo que poderia ser legado por testamento, desta forma, fazendo parte da herança paterna. O surgimento dos estados nacionais transformou radicalmente o conceito de Patrimônio, de cunho privado e aristocrático, o termo passou a representar bens públicos de uma sociedade específica - com uma única língua, origem e território.

Visando consolidar a identidade da nação brasileira, o conceito e as práticas do Patrimônio são adotados pelo Estado na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e a partir das concepções do escritor Mário de Andrade e do então Ministro da Educação Gustavo Capanema. Discutido em propostas regionais desde a década de 1920, o Patrimônio passa a ter um órgão de proteção - o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. No que diz respeito à organização e a proteção do Patrimônio, o decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937^{iv}, previa que o patrimônio dizia respeito ao “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” e ainda “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens”. A concepção adotada como política de Estado e endossada pelo IPHAN^v, conforme destacamos, era relacionada aos bens de caráter material (móveis, obras de arte, peças arqueológicas, conjuntos urbanos, igrejas, sobrados) que fizessem menção aos “fatos memoráveis da História do Brasil”. É sabido que as práticas preservacionistas adotadas pela autarquia buscavam, naquele momento, consolidar a identidade nacional, uma das políticas *varguistas*, preterindo espaços e bens que remontassem ao passado colonial brasileiro^{vi}.

As políticas preservacionistas e as narrativas adotadas pelo IPHAN começam a ser alteradas na década de 1980. José Reginaldo Gonçalves salienta que se até aquele momento as narrativas produzidas estavam voltadas firmemente para a nação, é a partir dessa década que “patrimônios associados a diversos grupos e movimentos sociais vêm sendo reivindicados, reconhecidos ou contestados”^{vii}. A partir de então, o conceito de Patrimônio assumiu um caráter plural, há uma “febre” de *patrimonialização*, de discussões sobre o que seria ou não Patrimônio, de ações voltadas à proteção destes bens

e também a produção intelectual sobre a temática. Hoje, Patrimônio diz respeito a uma série de bens e de práticas que compõe a identidade de uma sociedade.

O Patrimônio Cultural, supostamente, tem a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. No Brasil, as iniciativas com o intuito de preservar o patrimônio histórico e artístico são iniciadas durante os anos 1920, época em que podem ser identificados movimentos pontuais, em âmbito local e estadual. A esse respeito, ressaltamos a fundação do Museu Histórico Nacional (1922), a criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos: de Minas Gerais (1926), da Bahia (1927), e a criação da Inspetoria de Patrimônios Nacionais (1934), subordinada à direção do Museu Histórico Nacional, representada por Gustavo Barroso^{viii}.

É durante os anos 1930 que o Patrimônio assume importância, durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1936, Mário de Andrade foi solicitado a preparar um dossiê para a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio, tendo sido elaborado o Anteprojeto de Lei^{ix}. A partir das concepções de Mário de Andrade, foram feitas discussões sobre a estrutura e os objetivos do que viria a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado por decreto presidencial em 30 de novembro de 1937^x. No que tange à organização e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional o Decreto-Lei nº 25/1937, dizia respeito ao “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” e ainda “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens”. O IPHAN, naquele momento, estava subordinado ao Ministério da Educação, chefiado pelo ministro Gustavo Capanema que convidou o Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir a instituição^{xi}.

A concepção adotada como Política de Estado e consagrada pela criação do IPHAN, conforme destacamos, era relacionada aos bens de caráter material (móveis, obras de arte, peças arqueológicas, conjuntos urbanos, igrejas, sobrados) que fizessem menção aos “fatos memoráveis da História do Brasil”. É sabido que o projeto original de Mário de Andrade recebeu modificações significativas trazidas pela orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao longo dos 30 anos em que esteve à frente do IPHAN. Durante esse período, a política da Instituição centrou-se em ressaltar que os bens culturais classificados como patrimônio deveriam “fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje”^{xii}. Essa forma de apropriação do passado pode ser identificada como um instrumento para educar a

população a respeito da unidade e permanência da nação, ou seja, as práticas preservacionistas adotadas pela autarquia buscavam, naquele momento, consolidar a *identidade nacional*, uma das políticas *varguistas*^{xiii}.

Ao longo das três décadas em que Rodrigo Melo Franco de Andrade e seu grupo estiveram à frente do IPHAN (1937-1969), os tombamentos incidiram majoritariamente sobre a arte e a arquitetura barrocas concentradas em Minas Gerais, principalmente nos monumentos religiosos católicos. Esse período é conhecido como a fase Heroica e constitui-se na primeira fase da Instituição. A segunda fase teria se inaugurado após a morte de Rodrigo Melo Franco de Andrade, compreendendo o período de 1969 a 1979, mantendo a mesma linha no que diz respeito aos tombamentos. A terceira fase do IPHAN é iniciada em 1979, quando assume a direção Aloísio Magalhães^{xiv} e dá início a uma nova política para o Patrimônio Cultural brasileiro.

A terceira fase acompanha mudanças ocorridas ao longo da década de 1970, especialmente ao que tange ao reconhecimento da diversidade cultural no registro das práticas populares. Nogueira, aponta a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), ocorrida em 1975, como uma dessas mudanças. O objetivo principal do CNRC era

realizar o traçado de um sistema referencial básico para ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira, no qual deveria comportar e adequar, com base em uma visão prospectiva, diferentes áreas de conhecimento e que tivesse as seguintes características: a) Adequação às condições específicas do contexto cultural do país; b) abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos que se processam em tal contexto, e na vinculação dos mesmos às raízes culturais do Brasil; e c) explicitação do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo nessas áreas, de adequadas alternativas regionais^{xv}.

Inserida na dinâmica de atuação adotada no CNRC estava

a ideia de um organismo capaz de identificar ao longo do contexto cultural brasileiro formas peculiares de atuação, modo de vida, comportamento, etc., que são os tais indicadores latentes que se explicitados dariam uma configuração de identidade cultural^{xvi}.

Se até a década de 1970 a identidade nacional e o Patrimônio estavam imbricados, a partir de então, a identidade nacional, forjada por práticas e políticas governamentais, passa a ser reinterpretada pela ampliação conceitual de cultura, com a aceitação e a inserção de uma gama que elementos que constituem a diversidade cultural. Passa a

existir uma nova relação entre Patrimônio Cultural e identidades. Antonio Nogueira nos diz que

Se, como mostrou Hartog, esse é o momento de uma virada em que a questão do patrimônio se transformou em dever da memória; em termos globais, o tempo nacional, que fundamentava uma singularidade nacional, desdobrou-se numa pluralidade de singularidades locais, tangíveis e intangíveis, mas ainda assim, em diálogo com o nacional^{xvii}.

A política de preservação, voltada ao Patrimônio de “pedra e cal”, passou a ser revista. No Brasil, o debate em torno da defesa da diversidade cultural e do direito à memória de distintos grupos étnico-culturais, nos anos de 1980, mobilizou e acionou diferentes apropriações do patrimônio tornando-o um “conceito engajado”^{xviii}. É, portanto, na década de 1980 que o campo do Patrimônio Cultural se torna complexo, pois segundo Márcia Chuva, o Patrimônio é “levado a refletir sobre as novas possibilidades de fronteiras ou clivagens, motivadas por outras dimensões de pertencimento que não à nação”^{xix}.

O Patrimônio passa a ser compreendido como espaços, práticas, formas de expressão, etc., que fossem “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”. Essas questões entram em consonância com a necessidade de entender o patrimônio a partir dos processos culturais que regem as relações sociais. A esse respeito, Reginaldo Gonçalves afirma que, até a década de 1980, as discussões acerca do patrimônio restringiam-se apenas à esfera do Estado e dos intelectuais que dirigiam as agências de preservação histórica^{xx}. E, desde então, vem se difundindo pela sociedade civil, sendo interpretado e utilizado por grupos e associações civis como um instrumento de luta política. Segundo o mesmo autor, a noção de “identidade” desempenha nesses processos um papel crucial^{xxi}.

A partir das demandas sociais, da ampliação dos estudos, da revisão dos conceitos e da legislação a *imaterialidade* do Patrimônio passa a ser discutida. A promulgação da Constituição Federal de 1988, inovou ao prever a proteção do patrimônio cultural em suas diversas dimensões, inclusive a imaterial, de modo que fossem utilizados instrumentos como o inventário, o registro, a vigilância, o tombamento e a desapropriação, dentre outros.

Pensando nas questões imateriais do Patrimônio, a Carta de Fortaleza (1997) propõe e recomenda que o conceito de bem cultural de natureza imaterial seja aprofundado, e que os bens de natureza imaterial sejam inventariados, com a colaboração

dos diversos segmentos públicos e de pesquisas e outros, e que o resultado dos inventários seja integrado ao Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC)^{xxii}.

No ensejo dessas mudanças, os estudos e as discussões levaram à aprovação do decreto 3.551, de 2000, que instituiu o Registro e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Para a pesquisadora Martha Abreu

O decreto abre a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil, antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais. Segundo o artigo 8º do mesmo decreto, o Programa visa à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio^{xxiii}.

O Registro deveria, além de viabilizar a adequada instrução de processos, permitir “o tratamento e acesso às informações produzidas, a promoção do patrimônio cultural imaterial junto à sociedade, e o apoio e fomento aos bens registrados”^{xxiv}. Aliado ao Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é outro importante instrumento de identificação das referências culturais. Segundo Nogueira,

esses instrumentos foram criados em distinção ao tombamento com o objetivo de abarcar os diferentes suportes da memória, manifestados num conjunto de práticas culturais cujas medidas de salvaguarda visam à preservação de festas e celebrações, saberes e ofícios, formas de expressão e demais referenciais constitutivos da ‘memória, identidade e formação da sociedade brasileira’^{xxv}.

A partir da concepção de estudiosos do Patrimônio, as mudanças no conceito devem ser entendidas em um contexto de transformações maiores que vinham se processando na sociedade mundial. Algumas orientações internacionais começaram a ser dadas pela UNESCO, a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)^{xxvi}, que regulamentou o Patrimônio Mundial, entendendo-o e reconhecendo-o como “fonte insubstituível da vida e da inspiração”. Segundo Silvia Helena Zanirato,

Foi então elaborado o conceito patrimônio mundial, constituído por obras de interesse excepcional, por vezes testemunhos únicos, que deveriam ser considerados pertencentes não apenas aos Estados em que se encontravam, mas a toda a humanidade, que deveria se envolver em sua defesa e salvaguarda, de modo a assegurar a sua transmissão às gerações futuras^{xxvii}.

A Convenção pode ser considerada a primeira grande reunião internacional que tratou dos princípios básicos da proteção ambiental, onde foi criado também o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, sendo um importante marco regulatório para a proteção do patrimônio cultural e natural das nações do mundo.

Da mesma forma, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular do Mundo (1989) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2003), mostram as demandas de grupos e nações de tradições não-europeias, para que a dimensão intangível do patrimônio fosse inserida no acervo do chamado patrimônio da humanidade.

O campo de estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil

A partir da revisão conceitual e das múltiplas reinterpretações acerca do Patrimônio o campo de estudos sobre a temática e iniciativas de acordos e de políticas públicas tem crescido e se fortalecido. Em suma, a partir da década de 1980, o campo do Patrimônio Cultural tem se mostrado como um campo promissor para as pesquisas científicas. Leonardo Castriota afirma que “cabe destacar a contribuição decisiva de diversos trabalhos que, desde o final dos anos 1980, têm realizado a ‘desnaturalização’ das escolhas que vinham compondo o *corpus* patrimonial”^{xxviii}.

Trabalhos da Antropologia, Sociologia e Arquitetura são precursores das discussões sobre Patrimônio no Brasil. Leonardo Castriota nos indica os dois primeiros trabalhos defendidos com a temática, segundo o autor, as teses de doutorado em Antropologia, de Antônio Augusto Arantes Neto^{xxix} e de José Reginaldo Gonçalves^{xxx}, já citado neste trabalho, ambos defendidos em universidades estadunidenses dão início ao debate acerca do Patrimônio.

No Brasil em 1991, Silvana Rubino defendeu a dissertação - *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*, trabalho apresentado ao Mestrado em Antropologia Social da UNICAMP. Segundo Castriota, o trabalho “recompõe o contexto do nacionalismo e da forte presença do Estado nos anos 30, e o campo cultural da emergência da política cultural no Brasil”, sendo analisado os antecedentes, a criação, a prática e o legado intelectual do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional^{xxxi}.

Da mesma forma, Arquitetura e Sociologia ocuparam-se das questões do Patrimônio, buscando, cada uma a sua maneira, compreender as tensões, escolhas e protagonistas que se envolvem na temática. Márcia Chuva, nos apresenta o seguinte

A expansão desse campo tem abarcado um universo muito amplo de agentes sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio, bem como promovido uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à sua gestão [...]. Esse campo tem se tornado,

progressivamente, multidisciplinar, o que pode ampliar as possibilidades de diálogo em busca de novos consensos^{xxxii}.

A autora pontua que essa abertura se bifurca em duas direções, se por um lado há a possibilidade de novos consensos, a multidisciplinaridade coloca em evidência um “campo de batalhas”, onde as diversas áreas que discutem o Patrimônio Cultural encontram-se em disputa. Entretanto, haveria um consenso em torno do campo – todos reconhecem a incapacidade de apenas uma área tomar para si a discussão sobre Patrimônio Cultural.

Isso pode ser observado a partir da ampliação e consolidação de trabalhos acadêmicos de diversas áreas que discutem a temática, bem como, a criação de Programas de Pós-Graduação que tem como campo de estudos o Patrimônio.

O Patrimônio Cultural na narrativa histórica

Kersten nos diz que “nos eventos interpretados pela narrativa, que lhes confere sentido, os fatos não são apenas descritos tal como realmente aconteceram, mas vão sendo reconstruídos sob um conjunto plural de pontos-de-vista apreendidos de múltiplas maneiras”^{xxxiii}. Essas produções, inseridas em um contexto social, não podem ser consideradas uma simples escolha arbitrária. No que diz respeito a escrita, sobre determinado bem patrimonial, “ela [a escolha] organiza o valor social do bem [...] e depende, fundamentalmente, dos juízos de valor que a ele serão acoplados”^{xxxiv}. Segundo Kersten, estes juízos irão determinar a valorização e aspectos da preservação do bem patrimonial.

Nesse sentido, entendendo que a narrativa histórica é construída a partir do lugar social do historiador, buscamos, por meio do mapeamento das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em História, entender onde e quando a História se ocupou do Patrimônio, bem como, quais patrimônios têm despertado o interesse dos pesquisadores. Mapeamos 60 programas (ver Anexo 1), das cinco regiões brasileiras, tendo como critério de seleção sua data de instalação, consideradas anteriores a 2013. Os primeiros trabalhos localizados foram defendidos na segunda metade da década de 1990, totalizando cinco trabalhos defendidos com a temática do Patrimônio Cultural, duas teses e três dissertações, como podemos constatar a seguir.

A dissertação de Antonio Gilberto Ramos Nogueira, intitulada: *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e a redescoberta do Brasil: a*

sacralização da memória em pedra e cal, cujo mote de discussão centra-se na constituição das ideias de patrimônio cultural dentro do pensamento brasileiro, e as orientações e práticas do SPHAN durante a diretoria de Rodrigo Melo de Franco, foi defendida em 1995 no PPGH da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No que concerne as outras duas dissertações, estas foram defendidas no estado do Rio Grande do Sul, sendo: *Monumentos Públicos: A escultura de Vasco Prado e Carlos Tenius, Rio Grande do Sul/Anos 70*, de Virginia Gil Araújo, apresentada em 1995 ao PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e o trabalho de Marlise Giovanaz, intitulado: *Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)*, defendido em 1999 no PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho de Giovanaz nos apresenta uma análise dos órgãos oficiais de defesa do Patrimônio nacional e do posicionamento de municípios sobre as mudanças e demolições em Porto Alegre em sua busca pela preservação.

As teses com a temática foram defendidas na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Federal Fluminense, ambas no ano de 1998. O trabalho defendido na UFPR é a tese de Marcia Scholz de Andrade Kersten, intitulada - *Os Rituais do tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*, publicado como livro em 2000^{xxxv}. Enquanto, o trabalho defendido na UFF é a tese de Márcia Romeiro Chuva - *Os Arquitetos da Memória: A Construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil (Anos 30 e 40)*, também publicada como livro em 2009. Neste trabalho, que se tornou referência nacional sobre as práticas de preservação do Patrimônio, Márcia Chuva pensa a constituição de um patrimônio cultural no Brasil, não naturalmente nacional, mas como escolha localizável e historicamente explicável das instituições autorizadas, no consenso sociocultural e sociopolítico dos anos 1930-1940^{xxxvi}.

Frente essas questões inferimos que a durante a década de 1990, apesar da inserção das temáticas da identidade e da memória, a Histórica não se ocupa, sistematicamente, do Patrimônio Cultural. Fato que se altera a partir do ano 2000, quando os trabalhos passam a ser defendidos ininterruptamente.

No período de 2000 a 2015, foram defendidos em programas de pós-graduação em História no Brasil, 134 trabalhos com a temática do Patrimônio Cultural^{xxxvii}. A quantidade de trabalhos defendidos mantém uma média de quase 09 trabalhos por ano. Entre 2000 e 2005 foram defendidos 14 trabalhos, o decênio seguinte mostra um avanço

significativo, tendo sido defendidas 42 teses ou dissertações sobre o tema. O terceiro e último decênio estudado, concentra o maior número de trabalhos, entre 2010 e 2015 foram defendidos 92 dissertações ou teses com a temática do Patrimônio Cultural.

Figura 1 - Teses e dissertações sobre Patrimônio (2000-2015)



Gráfico elaborado pelo autor.

A produção de quatro anos nos chama a atenção 2007, 2008, 2011 e 2013. Os anos de 2008 e 2011, pela “baixa” na quantidade de trabalhos, em relação aos anos anteriores e 2007 e 2013 pelo *boom* de trabalhos defendidos. Somente em 2013, foram defendidos 24 trabalhos, ultrapassando a metade do número de trabalhos defendidos entre 2005 e 2010, que totalizam 42.

No que diz respeito a totalidade das produções (2000-2015) se separarmos entre teses e dissertações a primeira varável que se apresenta é a ausência de teses defendidas antes de 2006 (Figura 5). Como apresentamos acima, no ano de 1998, foram defendidas duas teses - CHUVA e KERSTEN -, o que mostra uma lacuna de oito anos entre as teses defendidas.

Se compararmos quantitativamente os gráficos abaixo (Figura 4 e 5), podemos ver o nivelamento gradual na produção de teses e dissertações. A exemplo do que pode ser visto no ano de 2015, quando foram defendidas oito dissertações e sete teses, que perfazem o total de 15 trabalhos. No período entre 2000 e 2015, foram defendidas 31 teses e 101 dissertações com a temática.

Podemos conjecturar, a partir dessas leituras, que nesse período ocorre o fortalecimento do campo de estudos pela pós-graduação em História, tanto pelo amadurecimento das discussões acerca do Patrimônio no Brasil, bem como pela a inserção de novas pautas sociais, como o reconhecimento do Patrimônio Imaterial, pelo

IPHAN, a partir do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

Figura 2 - Total de dissertações defendidas 2000 - 2015

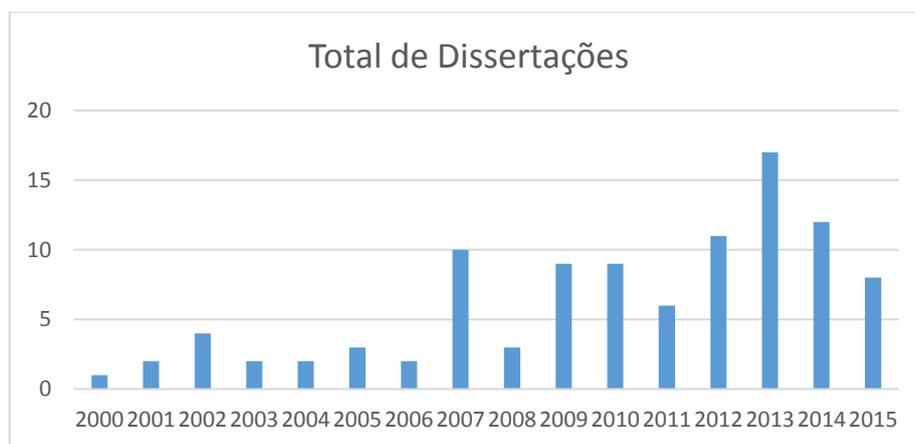


Gráfico elaborado pelo autor.

Figura 3 - Total de teses defendidas (2006 - 2015)

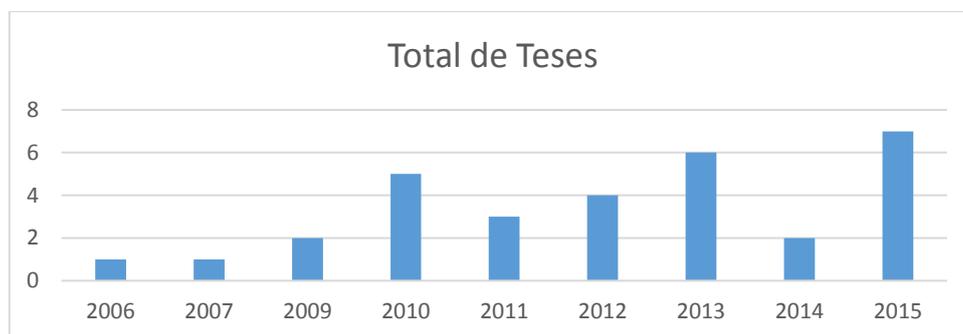


Gráfico elaborado pelo autor.

Ao agruparmos as produções por IES^{xxxviii}, conforme gráfico abaixo, podemos perceber que a PUC-RS se destaca pelo elevado número de trabalhos defendidos com a temática (17), seguida pela UNICAMP (10), UFRGS (09), UFF (08) e PUC-SP (07). Os programas, destas instituições, têm características em comum. Das cinco instituições, quatro tiveram seus cursos de mestrado credenciados na década de 1970 - UNICAMP (1976), PUC-RS (1973), PUC-SP, (1972) e UFF (1971). Da mesma forma os cursos de doutorado dessas instituições foram criados entre 1985 e 1995, bem como o curso de mestrado da UFRGS, criado em 1986. Ou seja, os programas estão inseridos na primeira

onda de ampliação da pós-graduação em História no Brasil, ocorrida na década de 1980, sendo os quatro primeiros cursos alguns dos mais antigos do país.

Figura 4 - Total de trabalhos por IES (2000 - 2015)



Gráfico elaborado pelo autor.

Entretanto, esses dados por si só não explicam a presente acentuada de trabalhos sobre a temática do Patrimônio Cultural, primeiro pela incidência dos trabalhos apenas na primeira década dos anos 2000, e segundo pela ausência de trabalhos em programas igualmente antigos. O que nos leva a seguinte questão, quais as particularidades desses programas que levam ao desenvolvimento de trabalhos que tratem do Patrimônio? Onde os programas estão localizados? Quais são suas áreas de concentração, suas linhas de pesquisa?

Analisando suas áreas de concentração e as linhas de pesquisa, dos cinco programas com maior incidência de trabalhos, identificamos que apenas a UNICAMP articula uma linha de pesquisa com a temática do Patrimônio, a linha - *Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônios*, que propõe

abordagens historiográficas a partir de temáticas que expressem as mobilidades representacionais do período contemporâneo. No diálogo entre a dimensão social das práticas intelectuais, das representações visuais historicamente constituídas e a reflexão sobre as plurais manifestações dos patrimônios, busca-se compreender as estratégias de memória, a historicidade dos conceitos e a construção da paisagem e percursos intelectuais, visuais, sociais, políticos e culturais^{xxxix}.

No que diz respeito especificamente ao Patrimônio, a linha de pesquisa propõe-se a discutir

os patrimônios [que] remetem à própria constituição do campo, refletindo sobre suas origens políticas e institucionais, sua refração junto às práticas sociais e a investigação dos patrimônios histórico, artístico, industrial,

moderno, intangível, assim como para a reflexão sobre os modos de constituição dos acervos, de valorização e criação de passados possíveis^{xl}.

Ao isolarmos os trabalhos defendidos na UNICAMP, vemos que os estudos desenvolvidos naquela IES, a partir de 2011, se ocupam de temáticas variadas, tendo destaque as temáticas do Patrimônio Industrial e do Patrimônio Ferroviário, temas relativamente recentes nas discussões. Podemos conjecturar que, ganharam destaque, a partir de 2007, quando foi atribuído ao IPHAN a responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA).

Tabela 1 - Trabalhos defendidos na UNICAMP

	<i>Tipologia</i>	<i>Ano</i>	<i>Categoria</i>	<i>Título</i>
<i>UNICAMP</i>	Dissertação	2011	Patrimônio Ferroviário	Habitar o patrimônio cultural : o caso do ramal ferroviário Anhumas - Jaguariúna
	Dissertação	2012	Políticas Públicas	A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas : a trajetória do CONDEPACC (1987-2008)
	Dissertação	2013	IPHAN	Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional : textos de história da arte engajados na política de preservação no Brasil
	Tese	2013	Paisagem	O Brasil da Diversidade? Patrimônio e Paisagem Cultural no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração
	Dissertação	2013	Patrimônio Arqueológico	Fazenda Jambeiro : redescoberto um patrimônio abandonado
	Tese	2013	Patrimônio Edificado	Da casa de barro ao palácio de concreto: a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)
	Dissertação	2013	Patrimônio Ferroviário	O patrimônio ferroviário e a cidade : a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Campinas (1872-1971)
	Tese	2013	Turismo e Patrimônio	Plano de ação para a valorização do patrimônio cultural do município de Jacareí
	Tese	2015	Paisagem	O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda
	Dissertação	2015	Patrimônio Industrial	Vestígios Industriais em Campinas: deslocamento produtivo e patrimônio industrial

Tabela elaborada pelo autor.

As outras IES não têm linhas que abordem especificamente o Patrimônio, sendo este articulado a linhas como Cultura e Sociedade, Cultura e Representações, Cultura e Cidade e a que se destaca é a linha Sociedade, Cultura Material e Povoamento da PUC-RS, pelo número de trabalhos defendidos nesta Instituição. Abaixo, além de apresentamos as definições das linhas mencionadas, tecemos algumas hipóteses sobre o alto número de trabalhos produzidos na PUC-RS.

Analisando a produção acadêmica, acerca do Patrimônio, da PUC-RS observa-se o número de trabalhos sobre Patrimônio Arqueológico^{xli}. Vinculadas a linha de *Cultura Material e Povoamento*, do Programa de Pós-graduação em História, os trabalhos são, presumivelmente, vinculados também ao Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, que desenvolve pesquisas arqueológicas desde 1982. O Laboratório desenvolve pesquisas na área da Arqueologia Pública e da preventiva, atuando no licenciamento cultural de empreendimentos em todo o Brasil. Uma parceria entre o Laboratório e o Museu de Ciência e Tecnologia permite a emissão de endossos institucionais para a guarda de material arqueológico.

A respeito da proteção e preservação do Patrimônio Arqueológico, a legislação brasileira, no que se refere aos processos de licenciamento ambiental, entende que estes compreendem uma série de estudos voltados ao meio físico, biótico e socioeconômico. Entre os levantamentos realizados destacam-se os estudos de avaliação de impactos ao Patrimônio Cultural. No tocante ao Patrimônio Arqueológico, o desenvolvimento de pesquisas é normatizado por legislação específica, em especial a Portaria IPHAN nº 07 de 1988 e Portaria IPHAN nº 230 de 2002.

O IPHAN é o órgão do governo federal responsável pela definição de diretrizes, avaliações e acompanhamento dos procedimentos necessários ao licenciamento do Patrimônio Cultural nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, como rodovias, hidrelétricas, loteamentos residenciais, complexos eólicos, gasodutos, etc. Assim, as pesquisas arqueológicas em obras de engenharia, também denominadas de programas de arqueologia preventiva, são realizadas em etapa anterior à execução das obras, como forma de evitar e/ou mitigar os eventuais impactos negativos decorrentes de sua implantação.

Apesar de sua vinculação direta com a Arqueologia, as demais instâncias que discutem o Patrimônio Cultural, como a História, também devem ser contempladas na realização dos estudos. A legislação prevê a socialização do conhecimento produzido, cuja divulgação ocorre principalmente através de programas de Educação Patrimonial. Desta forma, identificamos que os trabalhos produzidos, na referida IES, ocupam-se, especialmente, de trabalhos de socialização do conhecimento, entrecruzando as categorias de Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial, como os trabalhos: *Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)*^{xlii}, *Arqueologia e Informática: uma*

proposta de educação patrimonial sobre os sambaquis do Sul de Santa Catarina^{xliii} e *Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS: dialogando com a arqueologia e o compromisso social*^{xliv}, a título de exemplo.

Nesses três trabalhos, os autores propõem-se a apresentar e discutir possibilidades de estabelecer vínculos entre a Arqueologia e as comunidades onde estão localizados sítios arqueológicos, voltadas a pensar, medidas voltadas à preservação e conservação dos sítios. Abaixo segue a listagem total dos trabalhos.

Tabela 2 - Trabalhos defendidos na PUC-RS

<i>Tipologia</i>	<i>Ano</i>	<i>Categoria</i>	<i>Título</i>
Dissertação	2001	Educação Patrimonial	Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)
Dissertação	2002	Educação Patrimonial	Arqueologia e Informática: uma proposta de educação patrimonial sobre os sambaquis do Sul de Santa Catarina
Dissertação	2005	Patrimônio Arqueológico	Um estudo em Arqueologia Urbana: a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre
Dissertação	2009	Paisagem	La dimensión inmaterial del paisaje. Una propuesta de documentación, caracterización y gestión y del patrimonio cultural inmaterial
Dissertação	2009	Patrimônio Arqueológico	Os artefatos de arremesso dos campos da América Meridional: um estudo de caso das boleadeiras
Dissertação	2009	Patrimônio Edificado	Um olhar sobre o Palimpsesto Urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS)
Dissertação	2010	IPHAN	A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista
Tese	2010	Patrimônio Arqueológico	Meu avô era tropeiro!": identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS)
Dissertação	2010	Patrimônio Edificado	Memória e Cidade: o processo de preservação do patrimônio histórico edificado em Caxias do Sul (1974-1994)
Dissertação	2011	Patrimônio Arqueológico	Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS: dialogando com a arqueologia e o compromisso social
Dissertação	2011	Patrimônio Arqueológico	Em busca da estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja: a sobrevivência do patrimônio arqueológico
Tese	2011	Patrimônio Edificado	Cultura arquitetônica italiana na construção de residências em Porto Alegre: 1892-1930
Tese	2012	Patrimônio Arqueológico	Por uma arqueologia fenomenológica: experiências múltiplas em um lugar (Sítio Ari Duarte I, Pinhal da Serra/RS)
Dissertação	2012	Patrimônio Edificado	O Patrimônio Material no Estado do Rio Grande do Sul: Política, Ações e Preservação
Dissertação	2012	Patrimônio Edificado	Evidências do primeiro século da recolonização de Santo Ângelo através do seu patrimônio arquitetônico"
Tese	2014	Patrimônio Arqueológico	Preservação Arqueológica e ação Educativa nas Missões

Tabela elaborada pelo autor.

Já os trabalhos produzidos na UFF, UFRGS e PUC-SP, tabulados abaixo, tem como marca a especificidade de alguns trabalhos, que abordam questões pouco discutidas no âmbito do Patrimônio. Citamos a esse respeito os trabalhos de Araci Gomes Lisboa^{xlv}, que relacionam o Patrimônio Científico. A dissertação e a tese da pesquisadora abordam a temática, a primeira enfoca a criação e a atuação do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), órgão encarregado de fiscalizar e licenciar as expedições nacionais e estrangeiras com fins científicos e artísticos, controlando todo o tipo de material recolhido e produzido nessas incursões, os quais eram considerados como patrimônio científico nacional. Enquanto a segunda analisa o processo de construção e consolidação da Ciência e da Tecnologia (C&T) no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1990. A partir da análise de uma série de documentos depositados no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) – arquivos institucionais e pessoais de cientistas.

Da mesma maneira, os trabalhos defendidos na UFRGS: *Do esquecimento ao tombamento: a invenção de Arthur Bispo do Rosário*^{xlvi} e *O rio se renova, permitindo que os erros do passado sejam corrigidos: Estado e sociedade nas iniciativas para a recuperação ambiental do Guaíba (1979-2004)*^{xlvii} propõem-se a abordar temáticas não tão usuais na produção historiográfica. O primeiro, voltado ao Patrimônio Artístico, discorre sobre a vida e obra do artista Arthur Bispo do Rosário problematizando a *monumentalização* ocorrida sobre o sujeito e sua obra. Enquanto o segundo, aborda a participação da comunidade nos esforços para a recuperação ambiental do Lago Guaíba em Porto Alegre e na sua região metropolitana, contextualizando as relações da sociedade com as praias do Guaíba e o aproveitamento paisagístico de sua orla urbana, dando conta de sua historicidade.

Na perspectiva de pluralidade das discussões, mencionamos dois trabalhos defendidos na PUC-SP. Os trabalhos discorrem sobre Patrimônio Imaterial e Patrimônio Documental, apresentando as diversas possibilidades de abordagem que os bens *patrimonializados* ou *patrimonializantes* possibilitam. A dissertação *Carnaval de São Luiz do Paraitinga: conflito entre isolamento e abertura da cidade*^{xlviii}, insere-se no bojo de produções que visam lançar luz as questões do Patrimônio Imaterial, cuja trajetória foi mencionada na primeira parte deste trabalho.

Já a dissertação que aborda o Patrimônio Documental, intitulada *Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental*^{xlix} analisa como instituições de salvaguarda e preservação do patrimônio cultural tratam o patrimônio

documental e, particularmente, os arquivos privados. A autora busca a trajetórias e ações em relação ao patrimônio documental nos processos de *patrimonialização* relativos aos arquivos privados apresentados ao IPHAN e CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico) em solicitações de tombamento e ao CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) em solicitações de "declaração de interesse público e social". Abaixo apresentamos as tabelas com a totalidade dos trabalhos.

Tabela 3 - Trabalhos defendidos na UFRGS

<i>Tipologia</i>	<i>Ano</i>	<i>Categoria</i>	<i>Título</i>
Dissertação	2002	Patrimônio Edificado	A Usina do Gasômetro: memórias da construção de um patrimônio histórico de Porto Alegre
Dissertação	2004	Museus	Os subterrâneos emergem : a institucionalização da cultura e a temporada de museus no Rio Grande do Sul (1987-1991)
Dissertação	2007	IPHAN	O arquiteto e o zelador : patrimônio cultural, história e memória São Miguel das Missões (1937-1950)
Tese	2010	Patrimônio Artístico	Do esquecimento ao tombamento : a invenção de Arthur Bispo do Rosário
Dissertação	2002	IPHAN	Quando as coisas ganham sentido: a institucionalização do patrimônio histórico e artístico e a construção da identidade nacional 1937-1945
Tese	2015	IPHAN	O homem e o monumento : criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade
Dissertação	2012	Patrimônio Ambiental	O rio se renova, permitindo que os erros do passado sejam corrigidos : Estado e sociedade nas iniciativas para a recuperação ambiental do Guaíba (1979-2004)
Dissertação	2013	Patrimônio Documental	Os centros de documentação e memória criados por empresas privadas no Brasil das décadas de 1990 e 2000 e o caso Gerdau : a construção de patrimônio, memórias e identidades
Dissertação	2006	Patrimônio Edificado	Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul – a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado

Tabela elaborada pelo autor.

Considerações Finais

No Brasil, o Patrimônio tem sido discutido desde a década de 1930, sobretudo, atrelado à identidade nacional. A partir de uma nova acepção de cultura, o conceito passou a ser revisto e reinterpretado, especialmente a partir da década de 1980, acompanhando a chamada “crise de identidade”, potencializada pela globalização. Há, nesse processo, uma crescente onda de políticas e práticas de preservação da memória e do Patrimônio, que

resultaram em uma ampliação dos estudos que incidem sobre essas temáticas. Nesse sentido, a História, enquanto disciplina que estuda os “homens no tempo”, passou a conceituar e refletir sobre as práticas de *patrimonialização*, sobre os usos e abusos dos órgãos de regulamentação e fiscalização dos bens patrimoniais, as escolhas, silêncios e, sobretudo, sobre a diversidade cultural multifacetada que o Patrimônio representa.

Nossa pesquisa centrou-se na busca, junto aos programas de pós-graduação em História, por trabalhos de conclusão (dissertações e teses), que tivessem como objeto principal de estudo o Patrimônio. A partir da pesquisa, em 60 programas brasileiros, foram localizados 132 trabalhos que abordam as questões de nosso interesse, divididos em 101 dissertações e 31 teses. A partir da aplicação do primeiro vetor da *matriz disciplinar da História*, podemos tecer alguns comentários à guisa de considerações finais: a) os trabalhos passam a ser defendidos sistematicamente após o ano 2000; b) a temática que mais recebeu atenção dos pesquisadores, foi a do Patrimônio Edificado e c) a produção tem crescido e tem se mostrado estável nos últimos anos.

A respeito do item a, podemos conjecturar algumas hipóteses. A área da pesquisa em História, renovada após a década de 1980, se fortalece e se amplia no Brasil nos anos 1990. Conforme vimos, a renovação historiográfica nesse período, em especial, o diálogo com a antropologia, levou os historiadores a reconhecerem as ações de novos sujeitos e a emergência da cultura imaterial, como rituais e danças. É nesse ensejo que 1980 que as palavras memória e identidade teriam sido reintroduzidas no vocabulário histórico. Nesse sentido, “os estudos de memória respondem a uma necessidade de busca de identidades ameaçadas”¹. Desta forma, entendemos que a ampliação de estudos acerca da memória e do patrimônio são uma preocupação com as questões identitárias.

Quais identidades? No que tange ao item b, identificamos o seguinte; a incidência da temática do Patrimônio Edificado em 20% do total das produções, pode ser um reflexo das práticas de preservação que, até a década de 1980, voltavam-se para o Patrimônio de “pedra e cal”. A esse respeito, podemos conjecturar que, a produção volta-se para a categoria que teve, durante mais de 50 anos, prioridade nas práticas de preservação e de atuação de órgãos e intelectuais brasileiros. Essas práticas de preservação, conforme apontado anteriormente, estavam voltadas à formação da identidade nacional, que privilegiavam as construções barrocas e de matriz lusa.

Em relação a isso, a década de 1980 mostra-se como um momento de ruptura. Até aquele momento, as discussões acerca do patrimônio restringiam-se apenas à esfera do

Estado e dos intelectuais que dirigiam as agências de preservação histórica, privilegiando, conforme vimos, o chamado Patrimônio de “pedra e cal”. Desde então, o conceito vem se difundindo pela sociedade civil, sendo interpretado e utilizado por grupos e associações civis, passa a ser compreendido como espaços, práticas, formas de expressão, etc., que são “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”.

Por fim, acreditamos que o processo gradual de mudança sobre a valorização e reconhecimento das singularidades, bem como dos valores referenciais das práticas culturais de diversos grupos sociais, possibilitará mudanças nas narrativas sobre o passado, reconfigurando a escrita da História, e acompanhando, assim, as políticas de preservação do Patrimônio Cultural, sobretudo os bens de natureza imaterial.

Desta forma, consideramos que a despeito das inferências neste estudo mostraram-se pertinentes novos trabalhos acerca da produção historiográfica que diz respeito ao Patrimônio, visto que a temática nos remete as questões identitárias, portanto problemática latente na atual conjuntura histórica.

Referências

ARAÚJO, Virginia Gil. *Monumentos Públicos: A escultura de Vasco Prado e Carlos Tenius*, Rio Grande do Sul/Anos 70. 1995. Dissertação. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

CARVALHO, Djiovan Vinícius. *Cartografando o Patrimônio: a produção historiográfica do patrimônio no Brasil (2000-2015)*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Passo Fundo, 2016.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: A Construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil (Anos 30 e 40)*. 1998. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1998.

GIOVANAZ, Marlise. *Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)*. 1999. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. 1998. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O Historiador naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Letras, 2006.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Identidade. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 12 mai. 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barsi. A “via crítica” no Patrimônio Cultural: uma perspectiva comparativa. In: 1º SEMINÁRIO DA REDE CONSERVAÇÃO BR. *A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática*. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/component/content/article/631.html>. Acesso em 08 abr. 2016.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. R.. *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, n. 17, pp. 269 -

D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). *Estudos Históricos*, n. 17, pp. 123-149, 1996.

D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco. Produção Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP. *Projeto História*, n. 10, pp. 59 – 72, 1993.

FICO, Carlos. A pós-graduação em história: tendências e perspectivas da área. *Debate*. V. 22, n. 3, jul-set, pp. 1019-1031, 2015.

FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90. GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PERTERSEN; Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. pp. 27-40.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996.

- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. Teses e dissertações de História defendidas em 1995. *Estudos Históricos*, n. 17, p. 123-149, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora; IPHAN, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.
- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: UFPR, 2000.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. A reflexão conceitual na prática historiográfica. *Textos de História*, vol. 15, n. 1/2, p. 49-61, 2007.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Historiografia e patrimônio: singularidades narrativas e práticas. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. R.. *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012. pp. 79 – 92.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Orientando-se em meio a lapsos: considerações sobre a produção historiográfica relativa às políticas públicas de preservação patrimonial no Brasil. *Revista CPC*, São Paulo, n. 15, pp. 50-66, nov. 2012/abril. 2013.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; SALES, Eric de. Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006). *Textos de História*, vol. 15, n. 1/2, pp. 11-33, 2007.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. – dez. 2014.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)*. 2016. Tese. (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- PAOLI, Paula Silveira de. Patrimônio e Historiografia: Narrativas modernas no passado da arquitetura. In: *Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, jul.- dez., 2009.
- RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudanças de paradigmas na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, A. B.; GERTZ, R. E. *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ediufrgs, 1987. pp. 14-40.

SALES, Eric de. *Uma topografia de interesses: a produção do programa de pós-graduação em história da UnB (1979-2006)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTE, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa histórica*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

ZANIRATO, Silvia Helena. Desafios para a Conservação do Patrimônio da Humanidade diante das Mudanças Climáticas. In: *X Coloquio Internacional de Geocrítica Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008*. Universidad de Barcelona, 26-30/05/2008.

Artigo Recebido em 22/10/2019 - Aprovado em 14/11/2019

ⁱ Mestrando em História pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo, Brasil. E-mail: djiovanc@gmail.com

ⁱⁱ Optou-se por utilizar a nomenclatura de Patrimônio Cultural por entendê-la como a mais abrangente.

ⁱⁱⁱ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 25, p. 211-228, jan. jun, 2015. p. 212.

^{iv} BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 12 mai. 2016.

^v A instituição veio a ser posteriormente: Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente. Para uma melhor fluidez ao longo do texto adotaremos a nomenclatura IPHAN.

^{vi} Ver, dentre outros: SANTOS, Helena Mendes dos. *Tradição e contradição na prática preservacionista: o tombamento de sítios urbanos pelo IPHAN de 1938-1990*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006; CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. R.. *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

^{vii} IDEM, *Ibidem*, p. 219.

^{viii} A esse respeito ver o trabalho: OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, 2003.

^{ix} Ver, entre outros: BRACARENSE, Mariana Sousa. *Mário de Andrade e o Patrimônio: Conceitos e Propostas Formulados Pelo Intelectual Modernista (1919-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

^x BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 12 mai. 2016.

^{xi} De 1937 até 1969, quando morreu, Rodrigo Melo Franco de Andrade manteve seu cargo de diretor do Patrimônio. Sobre a atuação de Rodrigo Melo, ver, entre outros: BAUER, Letícia Brandt. *O homem e o monumento: criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

^{xii} Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>. Acesso em: 20 de set. 2016.

^{xiii} Ver, dentre outros: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. R.. *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

^{xiv} Sobre a atuação de Aluísio Magalhães ver: COSTA, Amanda Gabrielle de Queiroz. *Preservação do patrimônio e construção da memória nacional nos arquivos de Aloísio Magalhães (1975 a 1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, 2013.

^{xv} IPHAN. *Aloísio Magalhães, o nome que inovou as políticas de patrimônio*. Publicada em 16 ago. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>. Acesso em: 24 out. 2016.

^{xvi} Idem.

^{xvii} NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos Nogueira. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, vol. 7, n. 14, pp. 45-67, jul.- dez., 2014. p. 57.

xviii Idem.

xix CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma perspectiva história, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio G. R.. *Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012. p. 73.

xx Para ver mais: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ Editora; IPHAN, 1996.

xxi GONÇALVES, *Op. Cit.* p. 213.

xxii A Carta de Fortaleza resultou do Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, que tinha como objetivo de subsidiar a elaboração de diretrizes e criação de instrumentos para proteger o patrimônio cultural de natureza imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

xxiii ABREU, 2007, p. 356.

xxiv INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN/FUNARTE, 2006. Disponível: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao_m.pdf. Acesso em: 24 out. 2016.

xxv NOGUEIRA, 2014, p. 58.

xxvi A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, também conhecida como Recomendação de Paris, é um compromisso internacional criado na décima sétima sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - (Unesco), realizada, em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/convention/>. Acesso em: 21 out. 2016.

xxvii ZANIRATO, Silvia Helena. Desafios para a Conservação do Patrimônio da Humanidade diante das Mudanças Climáticas. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona, 26-30/05/2008.

xxviii As obras analisadas são produções acadêmicas da Antropologia, Arquitetura e Sociologia, abarcando obras referenciais para as discussões que envolvem patrimônio hoje. CASTRIOTA, Leonardo Barsi. A “via crítica” no Patrimônio Cultural: uma perspectiva comparativa. In: Artigos do 1º Seminário da Rede Conservação BR. *A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática*. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci-br/component/content/article/631.html>. Acesso em 08 abr. 2016. p. 05.

xxix A tese de Arantes Neto, defendida em 1978 na Universidade de Cambridge, foi transformada no livro *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*, e publicada em 1984.

xxx A tese de José Reginaldo Gonçalves foi transformada em livro e publicada em 1996 com o título de *A retórica da perda: discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*.

xxxi CASTRIOTA, s/d, p. 06-07.

xxxii CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Pp. 151-152.

xxxiii KERSTEN, 1998, p. 15.

xxxiv Idem.

xxxv KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: UFPR, 2000.

xxxvi CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

xxxvii Não levamos em consideração aqui trabalhos que levam em consideração a Memória Social, Identidades, Memória, etc., nossa pesquisa buscou trabalhos que delimitaram como objeto de estudo o Patrimônio. Caso considerássemos os trabalhos que tem a temática do Patrimônio transversalizada, o número destes subiria consideravelmente.

xxxviii Neste caso contabilizaram-se apenas programas que tiveram trabalhos defendidos com a temática. Assim, as Instituições de Ensino Superior: FGV/RJ; FIOCRUZ; UEFS; UEPG; UERJ; UERJ/SG; UFAL; UFAM; UFC; UFES; UFGD; UFMA; UFOP; UFPEL; UFPI; UFRJ/CP; UFRRJ; UFS; UFSM; UNEB; UNICENTRO; UNIOESTE; UNIVERSO e USS, por não apresentarem trabalhos defendidos sobre a temática do Patrimônio Cultural ficaram de fora.

xxxix Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Linha de pesquisa Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônios. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/historia/0/296/linhas-pesquisa>. Acesso em: 24 out. 2016.

xl Idem.

^{xli} No tocante a Arqueologia e ao Patrimônio Arqueológico, a tese de José Alberione dos Reis, apresenta uma perspectiva de como vinham sendo empregadas e utilizadas posições teóricas arqueológicas e referenciais teóricos oriundos de diversos campos do conhecimento em determinada produção acadêmica no âmbito da Arqueologia brasileira em cursos de Pós-Graduação. REIS, José A. *Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2004.

^{xlii} FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. *Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

^{xliii} SCHWENGBER, Valdir Luiz. *Arqueologia e Informática: uma proposta de educação patrimonial sobre os sambaquis do Sul de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

^{xliiii} MOTTA, Lisiane da. *Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS: dialogando com a arqueologia e o compromisso social*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

^{xlv} LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: ciência, patrimônio e controle*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004; LISBOA, Araci Gomes. *Preservação do Patrimônio Científico Nacional (1970 - 1990)*. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012,

^{xlvi} BORGES, Viviane Trindade. *Do esquecimento ao tombamento: a invenção de Arthur Bispo do Rosário*. 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

^{xlvii} PRESTES, Antonio João Dias. *O rio se renova, permitindo que os erros do passado sejam corrigidos: Estado e sociedade nas iniciativas para a recuperação ambiental do Guaíba (1979-2004)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

^{xlviii} ALLUCCI, Renata Rendelucci. *Carnaval de São Luiz do Paraitinga: conflito entre isolamento e abertura da cidade*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

^{xlix} MOLINA, Talita dos Santos. *Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

^lD’ALESSIO, 1998. p. 270.